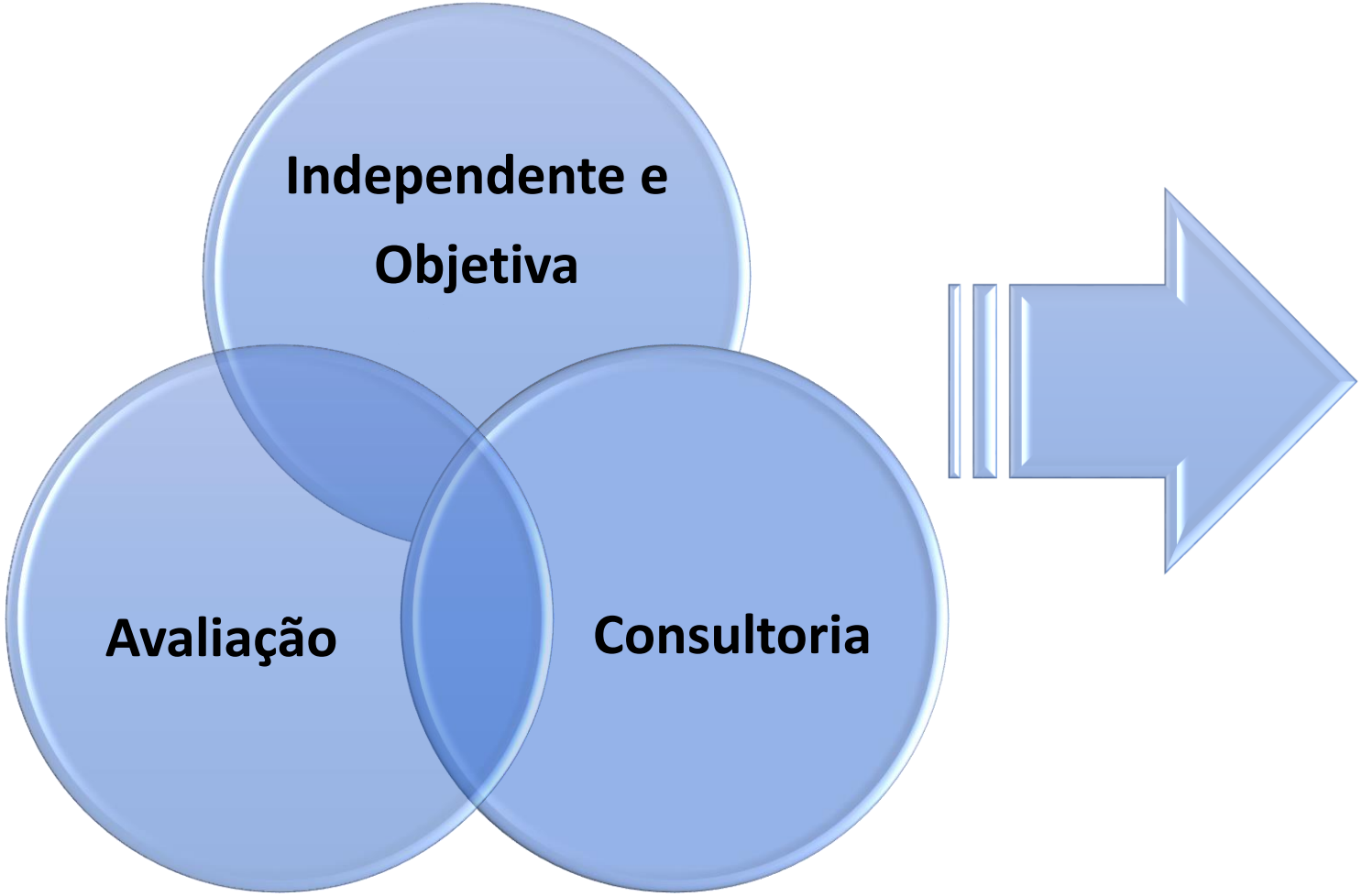
Auditoria e Controles Internos em Convênios

Brasília, 04 setembro de 2019

Auditoria Interna Governamental



- avaliar e melhorar a eficácia dos processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles internos
- adicionar valor e melhorar as operações de uma organização

Conceitos - Classificação das transferências

Categoria	Tipo	Definição
Obrigatórias	**Constitucionais**	Decorrem de mandamento **constitucional**, realizadas de forma **automática** a **Entes Federativos**.
	Legais	Decorre de **lei específica**, realizadas entre **Entes Federativos e para entidades privadas sem fins lucrativos.**
Discricionárias	**Voluntárias**	São aquelas que efetuam a entrega de recursos para **Entes Federativos** a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que **não decorrem de determinação constitucional ou legal**, nem sejam destinados ao Sistema Único de Saúde. Elas **exigem a celebração de um instrumento jurídico entre as partes envolvidas** e, regra geral, requerem contrapartida financeira do beneficiário.
	Para Organizações da Sociedade Civil	São aquelas efetuadas pela administração pública para **organizações da sociedade civil sem fins lucrativos** a título de subvenção, auxílio e contribuição, visando a consecução de finalidades de interesse público. Elas exigem a **celebração de um instrumento jurídico entre as partes envolvidas**.
	Por Delegação	São aquelas efetuadas entre **Entes Federativos ou a consórcios público**s visando a **execução descentralizada de projetos e ações públicas de responsabilidade exclusiva do concedente** e exigem a **celebração de um instrumento jurídico entre as partes envolvidas**.
	Discricionárias Específicas	São aquelas cujo **atendimento de requisitos fiscais pelo beneficiário é dispensado por lei**, e normalmente estão relacionadas a programas essenciais de governo. Elas exigem **a celebração de um instrumento jurídico entre as partes envolvidas**, e a sua **execução orçamentária tem caráter discricionário**, apesar de algumas delas serem definidas como transferências obrigatórias ou automáticas por intermédio de leis específicas.

Transferências Fiscais Fiscalizáveis - Valores Pagos
Período 2014-2018

Categoria/Tipo	%
Total Geral	100,00
Obrigatória	75,86
Legal	62,50
Constitucional	13,36
Discricionária	24,14
Específica	15,47
Organizações da Sociedade Civil	3,75
Voluntária	4,17
Delegação	0,76

Transferências da União - SICONV

União

Outros Entes e Entidades

R$ 132 bilhões

entre 2008 e 2019

Fonte: Siconv

Transferências Voluntárias da União

CGU
Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União

Avaliação da Gestão das Transferências Voluntárias da União

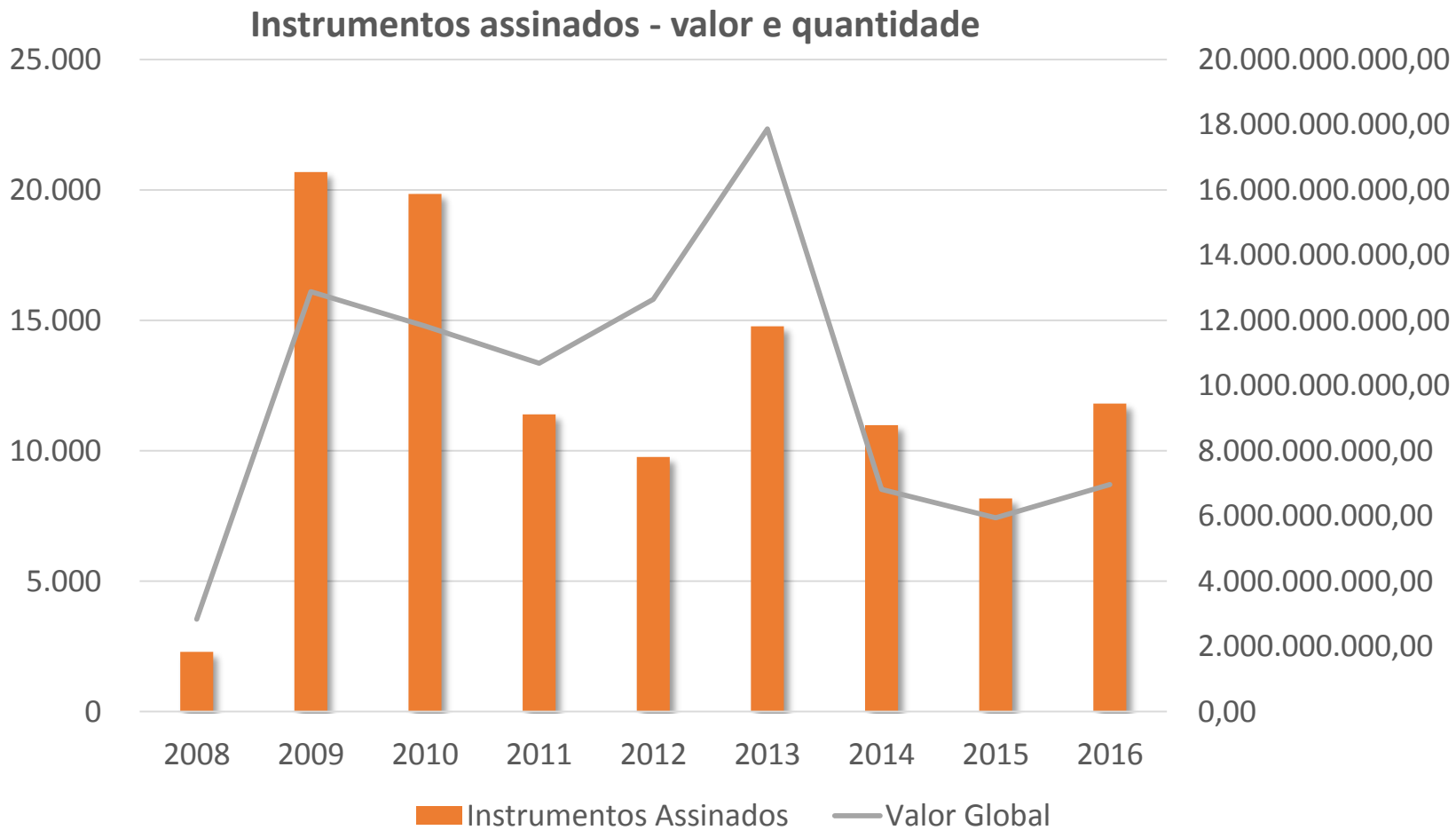
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão – MPDG

Secretaria de Gestão - SEGES

Exercícios 2008-2016

Relatório nº 201700374

Abril, 2018



https://auditoria.cgu.gov.br/download/11014.pdf

Transferências Voluntárias da União

CGU
Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União

Avaliação da Gestão das Transferências Voluntárias da União

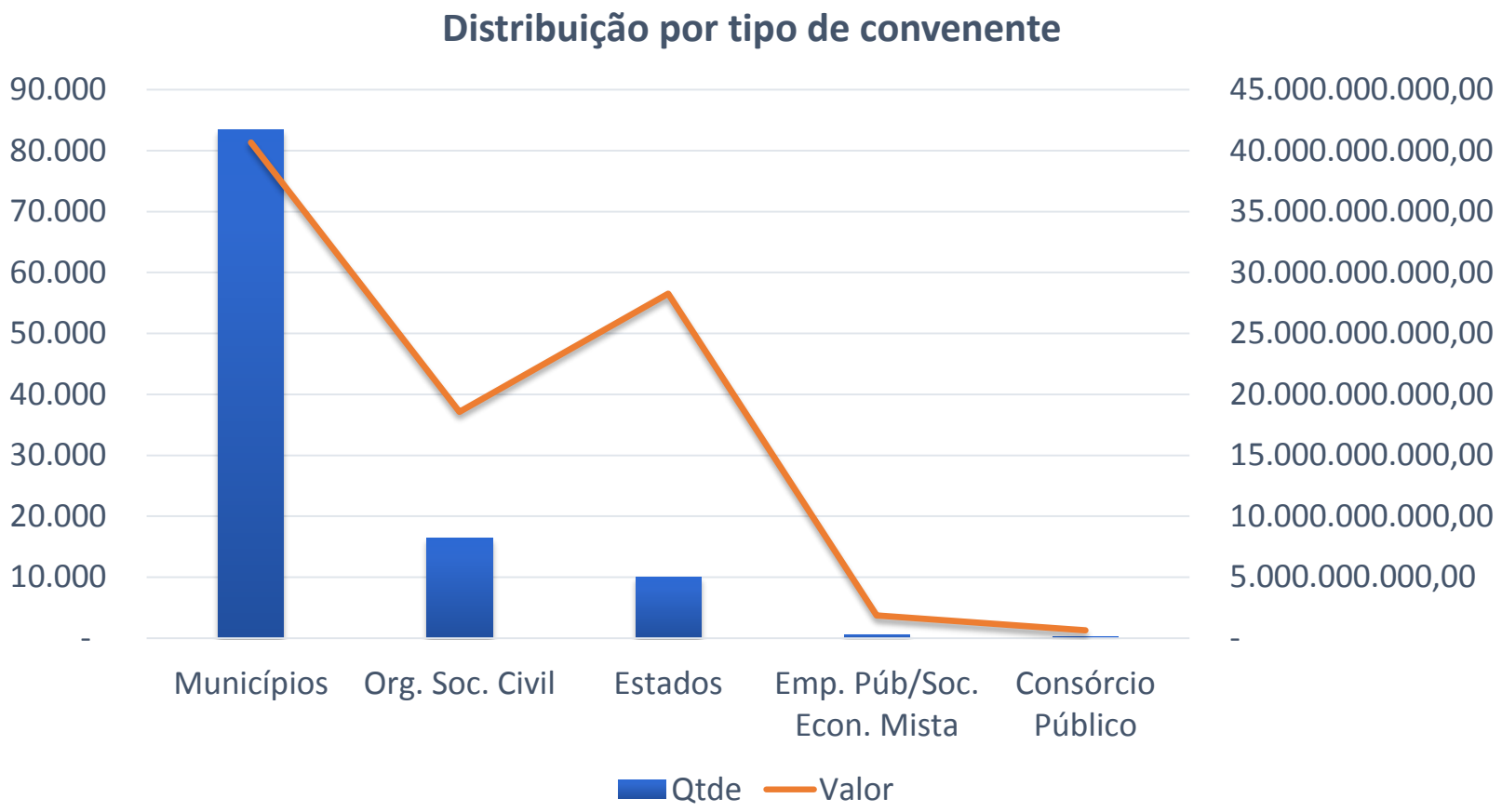
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão – MPDG

Secretaria de Gestão - SEGES

Exercícios 2008-2016

Relatório nº 201700374

Abril, 2018



https://auditoria.cgu.gov.br/download/11014.pdf

Transferências Voluntárias da União

CGU
Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União

Avaliação da Gestão das Transferências Voluntárias da União

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão – MPDG

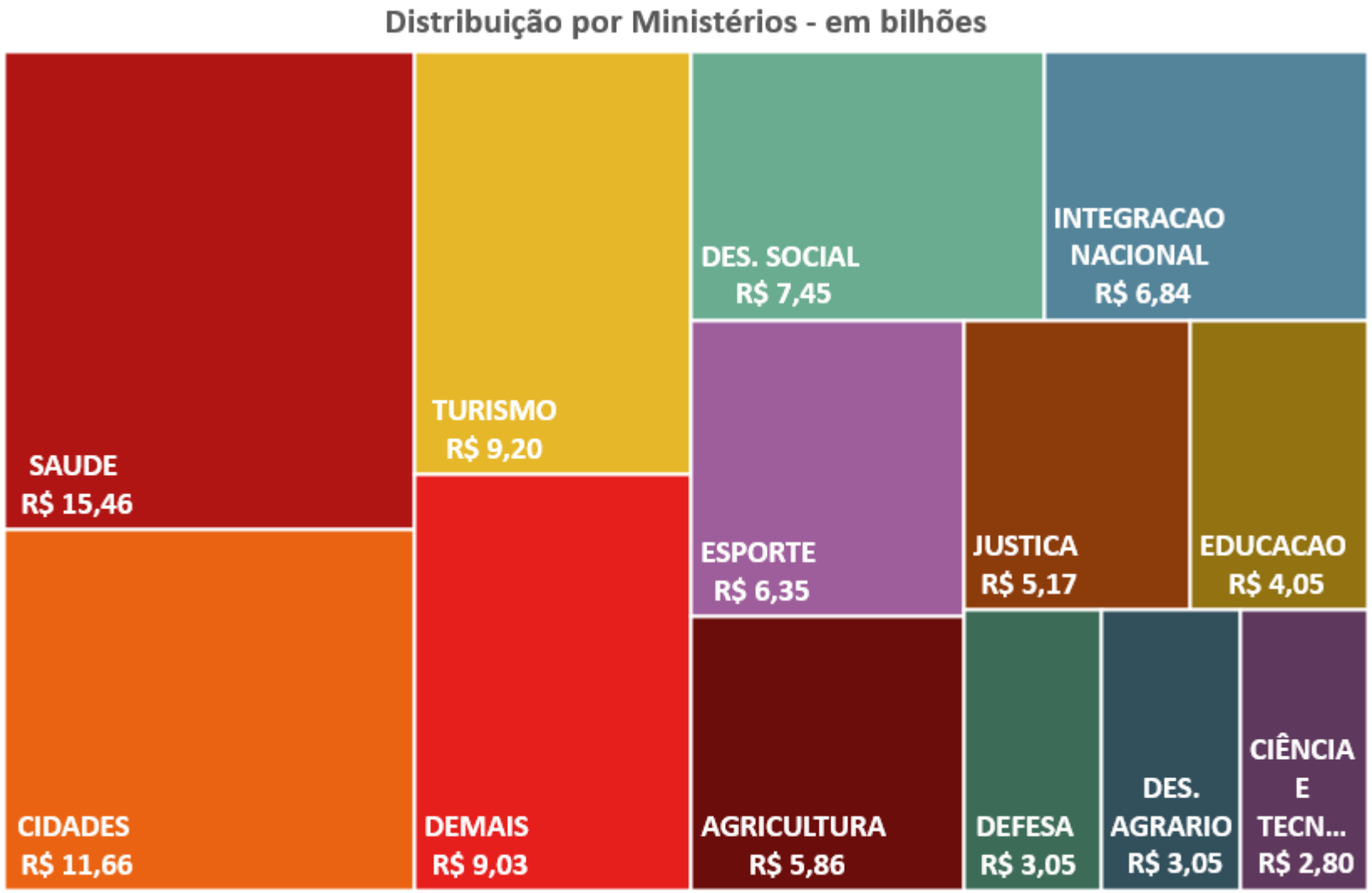
Secretaria de Gestão - SEGES

Exercícios 2008-2016

Relatório nº 201700374

Abril, 2018

https://auditoria.cgu.gov.br/download/11014.pdf



Transferências Voluntárias da União

CGU
Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União

Avaliação da Gestão das Transferências Voluntárias da União

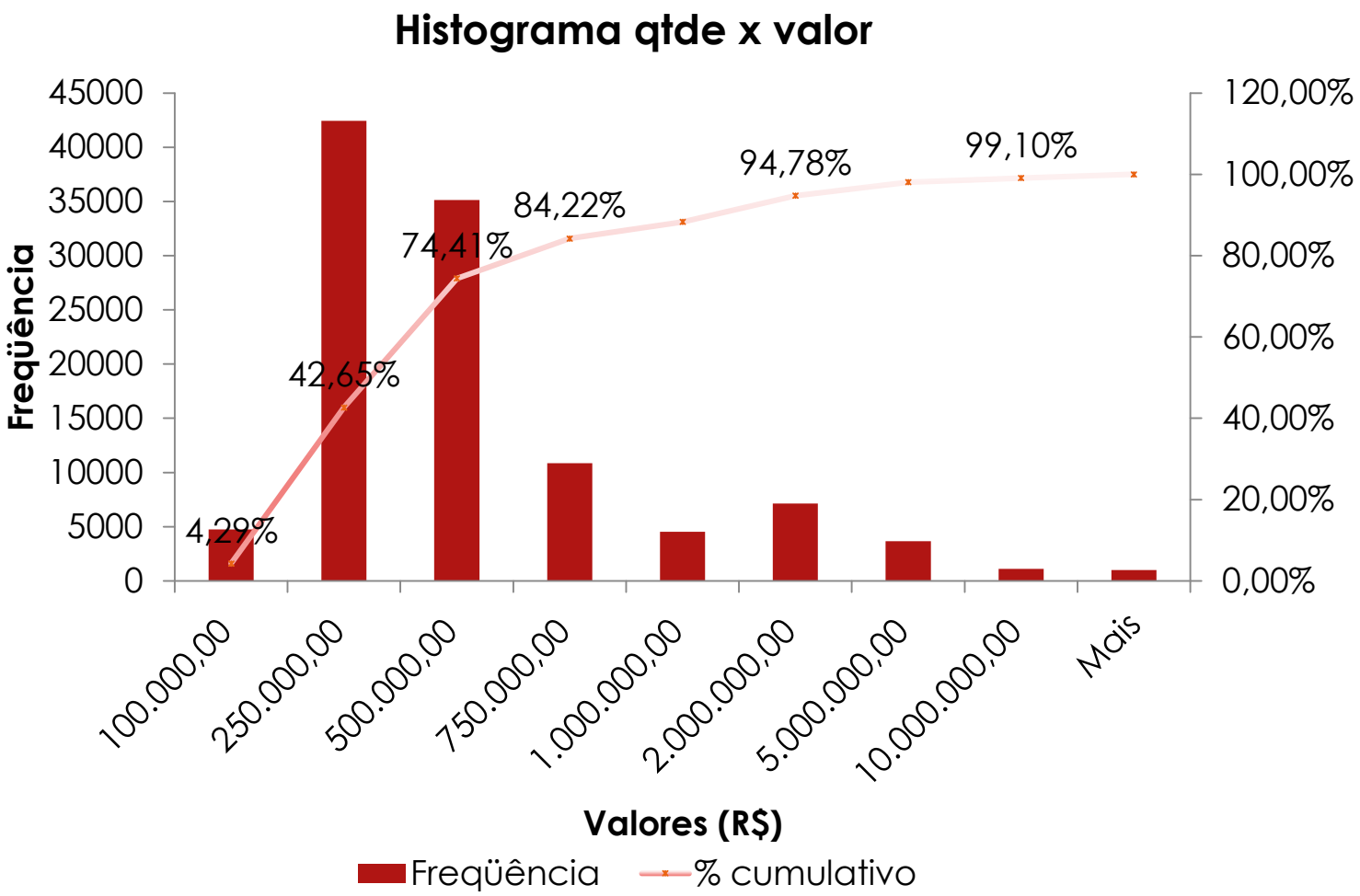
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão – MPDG

Secretaria de Gestão - SEGES

Exercícios 2008-2016

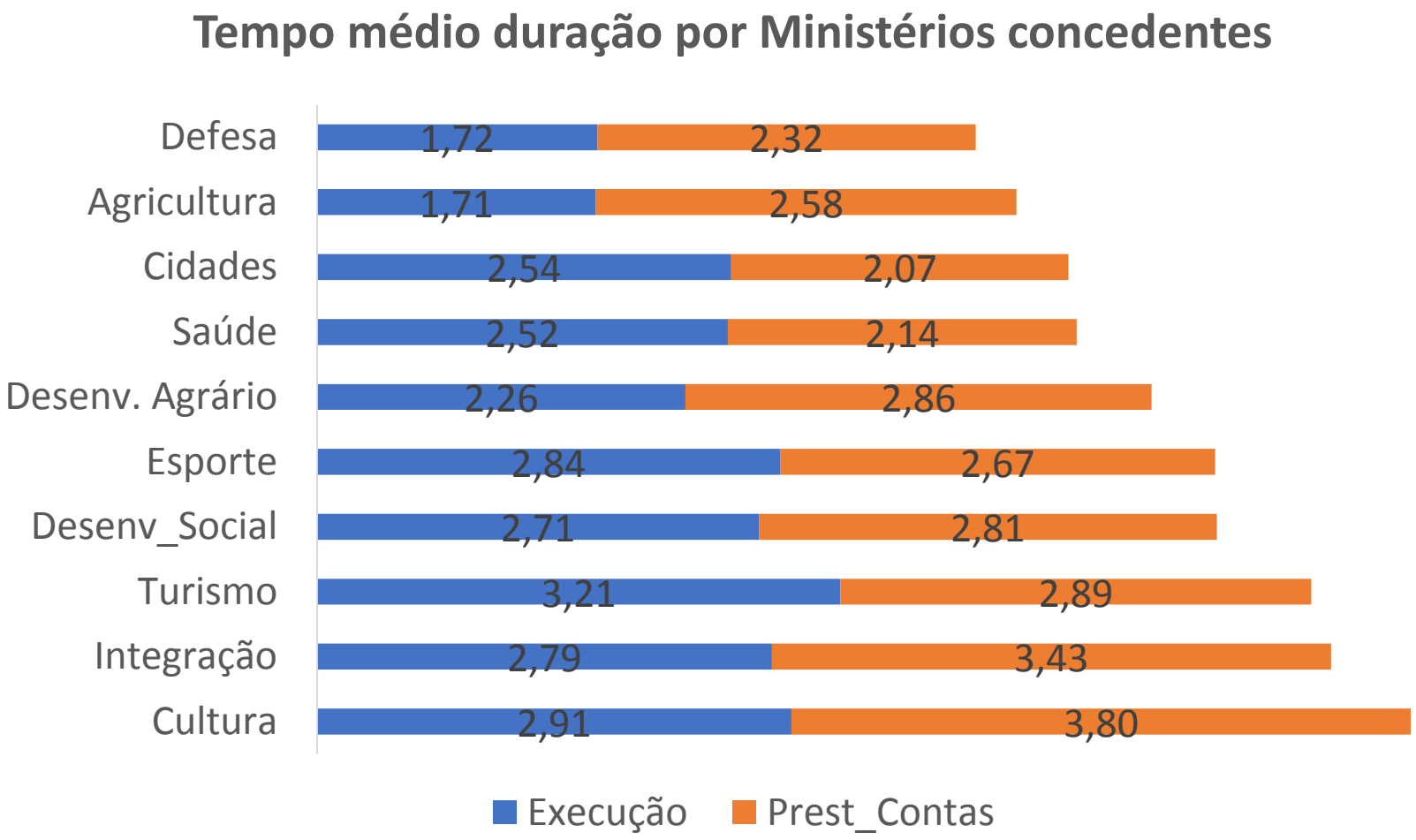
Relatório nº 201700374

Abril, 2018

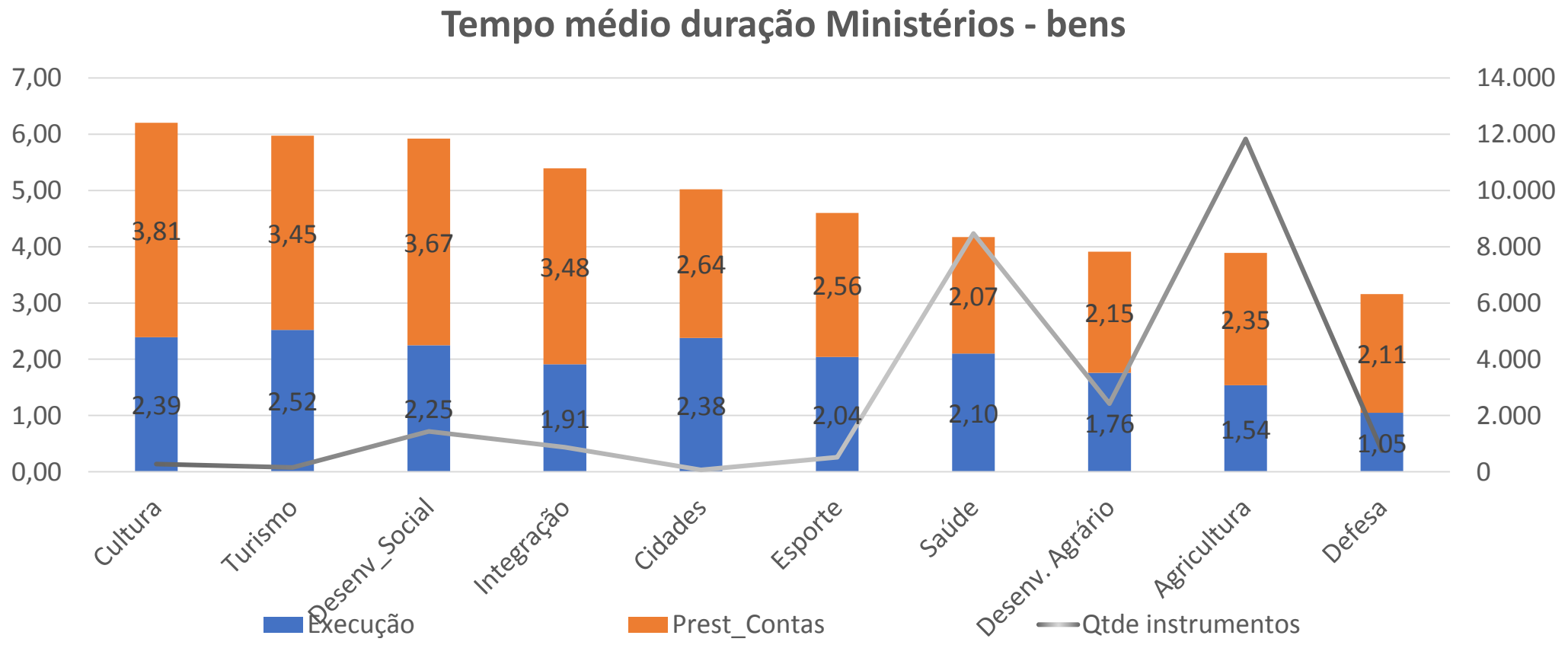


https://auditoria.cgu.gov.br/download/11014.pdf

Tempo médio de conclusão das transferências



Tempo médio de conclusão das transferências – Fornecimento de Bens



Custo da Gestão dos Instrumentos

Média de Tempo para os convênios classificados como Obras – em anos

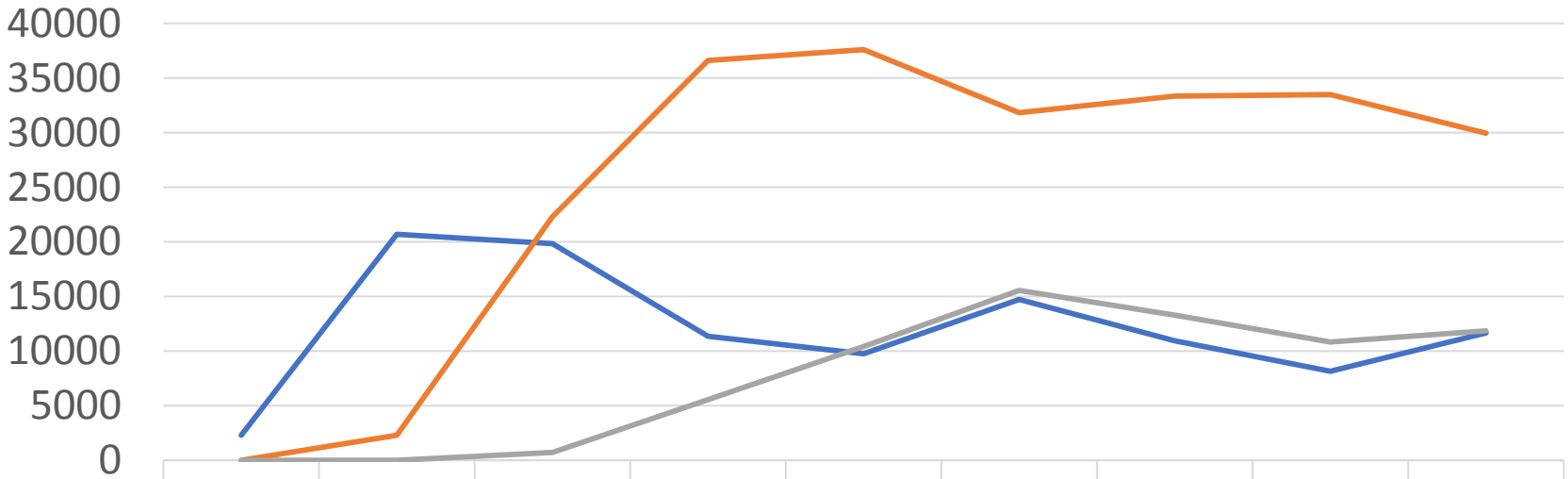
Médias	Faixa R$ 250 a 500 mil	Faixa 500 mil a 1.000.000
Execução e Atos Preparatórios	2,98	2,91
Prestação de Contas	2,30	2,22
Atos Prep + Execução + Prest Contas	5,28	5,13
Concluídos	4,28	4,20

Média de Tempo para os convênios classificados como Bem ou Serviço – em anos

Médias	Faixa R$ 100 e 200 mil	Faixa R$ 200 e 400 mil
Execução e Atos Preparatórios	1,99	2,00
Prestação de Contas	2,83	2,81
Atos Prep + Execução + Prest Contas	4,81	4,82
Concluídos	3,29	3,08

Equilíbrio do Fluxo das Transferências Voluntárias

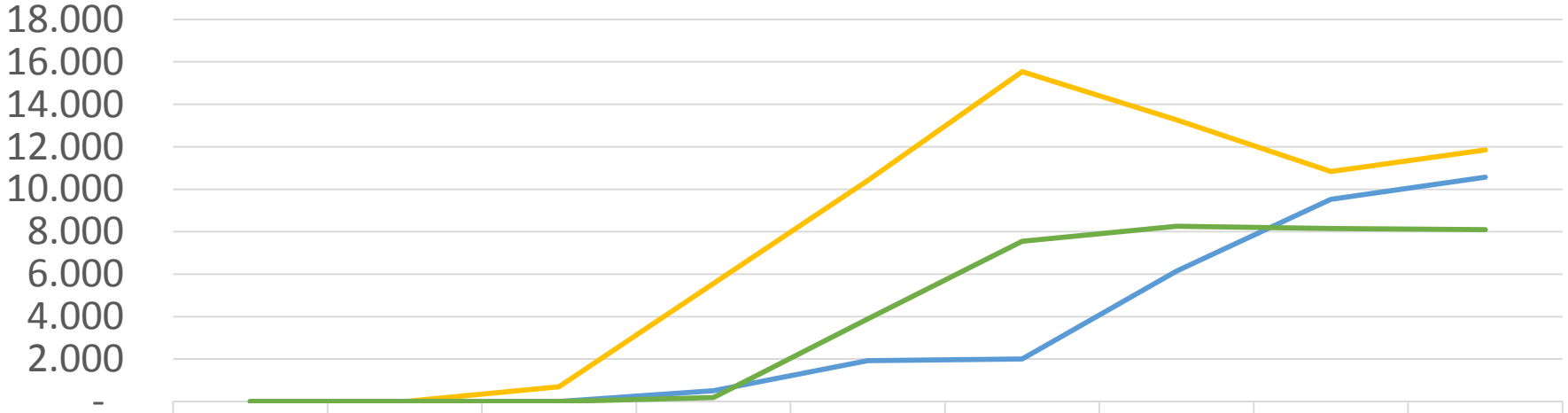
Histórico do fluxo de execução dos instrumentos



	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
ENTRADA EXECUÇÃO	2290	20687	19830	11350	9739	14732	10928	8147	11644
ESTOQUE EXECUÇÃO	-	2.290	22.304	36.626	37.599	31.841	33.354	33.484	29.946
SAÍDA EXECUÇÃO	-	-	696	5.555	10.403	15.537	13.274	10.829	11.857

ENTRADA EXECUÇÃO ESTOQUE EXECUÇÃO SAÍDA EXECUÇÃO

Passivo de instrumentos em Prestação de Contas



	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
ENTRADA PREST. CONTAS	-	-	696	5.555	10.403	15.537	13.274	10.829	11.857
ESTOQUE PREST. CONTAS	-	-	-	508	1.922	1.999	6.139	9.520	10.563
SAÍDA PREST. CONTAS	-	-	-	187	3.883	7.542	8.253	8.148	8.092

ENTRADA PREST. CONTAS ESTOQUE PREST. CONTAS SAÍDA PREST. CONTAS

Principais Achados de Auditoria na Gestão das Transferências

- ✓ Tempo de finalização dos instrumentos elevado, atingindo média histórica de 5,16 anos, com tendência de crescimento, com destaque negativo para os instrumentos relacionados à aquisição de bens;
- ✓ Tempo de execução similar de pequenos e médios instrumentos, indicando baixo custo de oportunidade de assinatura de instrumentos de baixo valor;
- ✓ Desequilíbrio entre a capacidade operacional dos órgãos concedentes e o volume de trabalho despendido, gerando um passivo instrumentos que aguardam a análise da prestação de contas;

Achados de auditoria na gestão das Transferências

- ✓ baixa confiabilidade dos dados do Siconv referentes à situação dos instrumentos, comprometendo o acompanhamento gerencial do processo e sua transparência;
- ✓ inexistência de sincronia entre o Siconv e o Siafi quanto à situação dos instrumentos; e
- ✓ reduzida utilização de modalidades eletrônicas de licitação pelos municípios convenentes nas transferências voluntárias da União.

Achados de auditoria na gestão das Transferências

- ✓ existência de instrumentos inativos com saldo em conta;
- ✓ ausência de estudos e medidas para avaliar a compatibilidade entre os recursos demandados para finalização dos instrumentos em execução e atual disponibilidade orçamentária e financeira da União;
- ✓ fragilidade no controle do saldo em conta e respectivos rendimentos financeiros dos instrumentos;

Ações para aperfeiçoamento do processo de Transferências Voluntárias

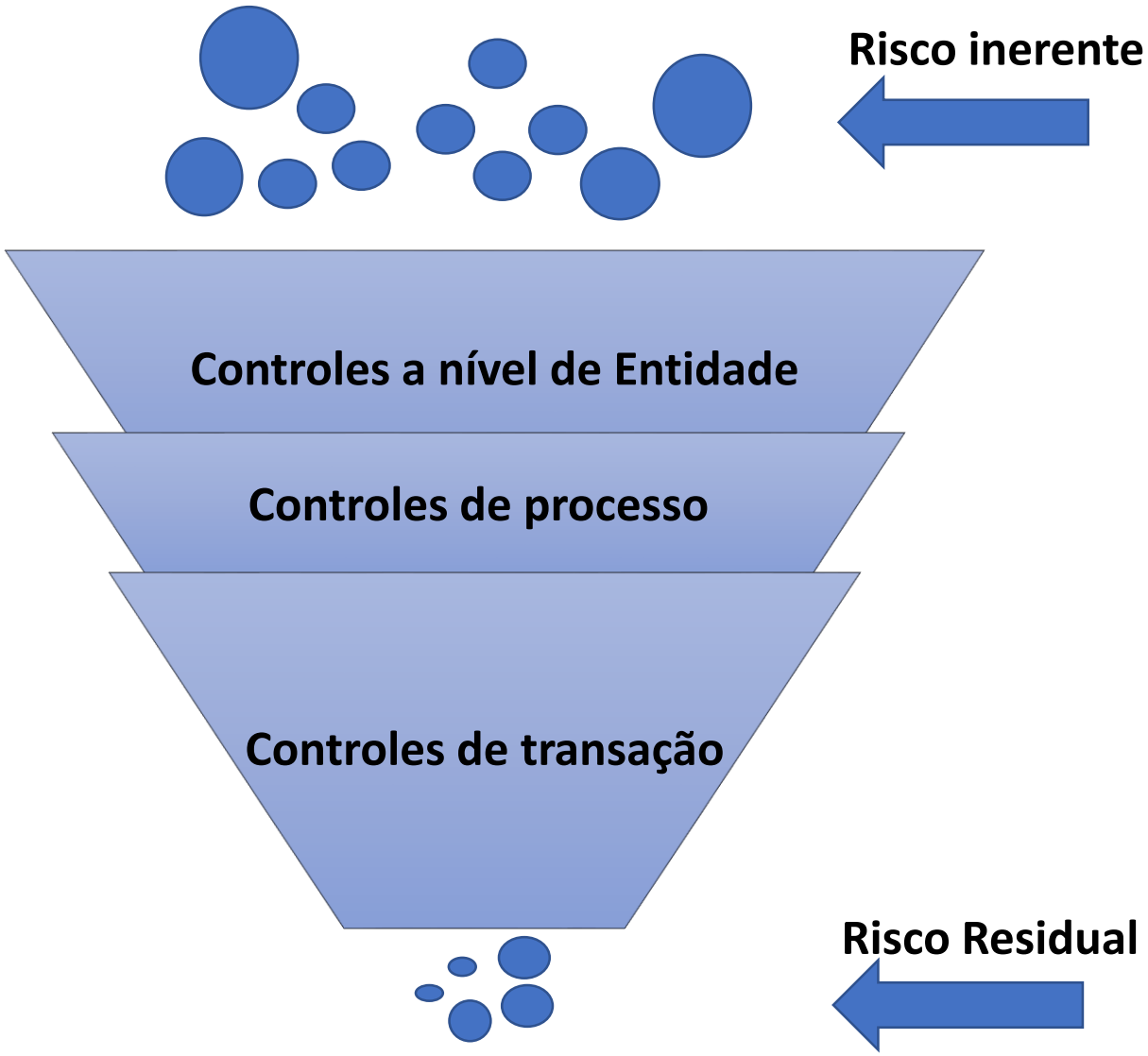
- Instrução Normativa Interministerial MP/MF/CGU nº 5, de 6 de novembro de 2018, trata do modelo preditivo de análise de prestação de contas dos convênios e contratos de repasse do Siconv.

- Plataforma + Brasil

- Revisão da Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016

- Proposta de Decreto tornado obrigatório o uso do Pregão eletrônico nas transferências voluntárias

Riscos e Controles Internos



Auditoria Interna Governamental

Modelo de Três Linhas de Defesa

Declaração de posicionamento do IIA: Janeiro/2013

OBRIGADO!

José Gustavo Lopes Roriz
Diretoria de Auditoria de Governança e Gestão
DG/SFC/CGU

☎ (61) 2020 -7001
✉ sfc.dg@cgu.gov.br